

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA
Alameda dos Mulungus Nº 32 - Qd. 10 - Caminho das Árvores - Salvador (BA)-CEP:41.820-490
Telefone: (71) 3505-6800 - Fax: (71) 3505-6822 - e-mail: cju.ba@agu.gov.br

PARECER CJU-BA/CGU/AGU/Nº 0244/2014

PROCESSO Nº: 08255.002751/2014-94

INTERESSADO: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA

ASSUNTO: Pregão Eletrônico. Registro de Preços. Aquisição de Material de Consumo

Valor estimado: R\$ 41.122,56

EMENTA: SRPF/BA. LICITAÇÃO. PREGÃO. REGISTRO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO. Licitação na modalidade de Pregão, do tipo menor preço por item, objetivando o Registro de Preços. Pela aprovação das minutas anexas, desde que observadas as recomendações contidas neste parecer.

I - RELATÓRIO

A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA submete a exame desta Consultoria Jurídica, em conformidade com o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, c/c o art. 30, IX, do Decreto nº 5.450, de 2005, as minutas inseridas no presente procedimento licitatório, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, visando ao Registro de Preços para aquisição de material de consumo (café, açúcar e copo descartável) visando atender às necessidades do órgão consulente, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Edital e seus Anexos.

02. Instruem o processo os seguintes documentos, dentre outros: Memorando nº 20/2014 - ND/SELOG/SR/DPF/BA, solicitando a aquisição; Termo de Referência, com aprovação ao final (fls. 02/06); pesquisa de preços junto a empresas do ramo e mediante juntada da ata de realização de pregão eletrônico das Superintendências do Paraná e Rio de Janeiro (fls. 07/19); Tabela comparativa de preços e preço médio de aquisição; Despacho nº 012/2014-CPL/SELOG/SR/DPD/BA; Cópia de Portaria de designação do pregoeiro e equipe de apoio; minuta de Edital e anexos, inclusive a Ata de Registro de Preços (fls. 23/36); lista de verificação e Certificação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

DOS REQUISITOS FORMAIS DO PROCESSO DO EDITAL EFICIENTE

03. De início, há de se alertar sobre a necessidade de observância, pela Administração, dos requisitos formais relativos à fase interna do processo, especialmente aqueles insertos no *caput* do art. 38, da Lei nº 8.666/93.

04. Ressalve-se, por oportuno, que a necessidade de formalização dos processos administrativos com a conseqüente autuação, numeração, instrução, etc, ficou ainda mais patenteada com o advento da Lei nº 9.784, de 1999, como se vê dos arts. 5º, 22, §§ 1º e 4º, 29, § 1º, desse diploma legal.

05. Em igual sentido preconiza o art. 8º, da Lei 10.520, de 2002, que *“os atos essenciais do pregão, inclusive decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos do regulamento previsto no art. 2º”*.

06. No caso em exame, entende-se que houve atendimento ao comando inserto no *caput* do art. 38, da Lei 8.666/93 e 8º, da Lei nº 10.520/02, antes referidos, eis que o processo está devidamente autuado, protocolado e numerado, contém a autorização respectiva assim como indicação sucinta de seu objeto, contudo, as minutas de Edital e Ata embora carimbadas, não foram rubricadas, consoante estabelece a Cláusula Quinta do Acordo de Cooperação nº 11/2012 celebrado entre esta Consultoria e o órgão consulente.

07. Outro aspecto a ser observado no que diz respeito ao edital eficiente é a supressão de itens e cláusulas das minutas originais sem que houvesse a respectiva sinalização por parte do órgão, em desacordo com o Parágrafo Terceiro da Cláusula Sexta do Acordo de Cooperação referido.

DA PESQUISA DE MERCADO

08. De igual modo, registra-se que para deflagrar o presente procedimento licitatório, a Administração procedeu a uma estimativa da despesa, através de pesquisa de mercado, conforme pesquisa envolvendo empresas do ramo na praça, que servirá também para aferir o valor razoável de pagamento, evidenciar a proposta cujo preço seja eventualmente excessivo ou inexequível.

09. A realização de uma pesquisa de mercado é exigência também prevista no art. 40, inc. X da Lei nº 8.666/93, cujo resultado poderá, inclusive, servir de fixação do preço máximo admitido. Sem a realização da citada coleta de preços não é possível verificar se as propostas apresentadas pelos licitantes estão compatíveis com o preço corrente no mercado. Consequentemente, não terá a Administração parâmetro válido e seguro para avaliar se o princípio da economicidade, preconizado no art. 70 da Constituição Federal, foi respeitado.



10. Ademais, é requisito essencial de validade do SRP a ampla pesquisa de mercado consoante prevê o Decreto nº 7.892/2013 (art. 5º, IV), c/c o § 2º, do art. 9º, do Decreto nº 5450/05. A ausência desta pode ensejar a nulidade do SRP.

11. No caso em tela, nota-se que o órgão consulente juntou aos autos pesquisa formada por propostas de preços de empresas do ramo e atas de pregões eletrônicos, que norteiam a pesquisa de mercado.

DO CUIDADO COM A MÉDIA DOS PREÇOS PESQUISADOS

12. Alerta-se, contudo, para o fato de que, quando na pesquisa de preços são apresentados valores bastante diferenciados elevando à média de preço estimado dos produtos a serem adquiridos, diligências específicas têm que ser promovidas para evitar uma distorção no preço final de mercado.

13. Assim sendo, todo cuidado deve ser adotado pelo órgão licitante para não ficar caracterizado superfaturamento, com a contratação de serviços ou aquisição de produtos por preço bem superior aos preços ofertados/pesquisados. Tratando-se de objetos que tenham qualidades/características diferenciadas, havendo necessidade de adquirir o de preço maior entre os pesquisados/ofertados, deverá esta circunstância ficar devidamente esclarecida e motivada nos autos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14. A Lei nº 8.666, de 1993, estabelece a faculdade da Administração de firmar as contratações decorrentes do SRP (art. 15, § 4º). Não sendo obrigada a contratar, exsurge que não é necessário ao órgão a existência de prévia dotação orçamentária, ao contrário da licitação convencional.

15. Registre-se, ainda, o recente Decreto nº 7892/2013 (art. 7º, § 2º) e o enunciado da Orientação Normativa nº 20, de 1º de abril de 2009, do Advogado-Geral da União, publicado no Diário Oficial da União em 07 de abril de 2009, que trata do assunto em tela:

“Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato.”

16. Assim, cabe alertar que no momento da contratação, o órgão deve dispor de recursos orçamentários suficientes para fazer frente à despesa prevista.



DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

17. Nos termos do art. 4º do Decreto nº 7.892/2013, deve ser utilizado o procedimento de Intenção de Registro de Preços a fim de ser divulgada a relação dos itens que se pretende licitar conforme dispõe o art. 4º e art. 5º, I do decreto 7.892/2013.

18. No caso em comento, foi informado no item 05 do Despacho nº 012/2014-CPL/SELOG/SR/DPF/BA (fl. 21) que será realizada a divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP quando do retorno dos autos desta Consultoria, após o que, havendo interessados, deve ser providenciada a consolidação dos respectivos dados no Termo de Referência, Edital e Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 5º, II do Decreto 7.892/13.

DA JUSTIFICATIVA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS

19. Em relação à justificativa apresentada na solicitação de abertura do certame, recomendamos que ela seja robustecida com os elementos indicadores de como se chegou aos quantitativos ora licitados. Tal medida se mostra de grande importância, uma vez que sequer foi adunado aos autos o termo de requisição contendo o quantitativo apurado.

20. Vale lembrar que o **princípio da motivação** é imperativo nos processos administrativos, consoante prescreve o art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999. A necessidade da **justificativa da contratação** pela autoridade competente também é determinada nos dispositivos acima mencionados e não é exigência meramente formal do processo, mas material, substancial, imprescindível para revestir de legitimidade a decisão administrativa acerca da contratação.

21. Sendo assim, recomendamos seja juntada aos autos um termo de justificativa elaborado pelo setor competente e ratificada pela autoridade, contendo os elementos que formaram a estimativa de quantitativos inseridos no termo de referência, robustecendo o processo com as informações objetivas destinadas a subsidiar a contratação.

DO EXAME DAS MINUTAS

22. Considerando que as anexas minutas foram extraídas do Projeto Edital Eficiente - Acordo de Cooperação celebrado entre esta Consultoria e esse Órgão, as recomendações efetuadas dizem respeito apenas a adequação ao caso concreto.

23. Providenciar o correto preenchimento do item 2 do Edital, bem como da Cláusula Quarta da ARP, conforme orientações dos itens 17/18 deste Parecer.

24. No que concerne ao prazo atribuído ao contrato no Item 13 do Edital, destaque-se que *o prazo de vigência da contratação, decorrente da ata de registro de preços, deve ficar adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.*



25. Ademais, vale ainda advertir que o item 3 do Termo de Referência consigna prazo de entrega dos produtos de até quinze dias e recebimento definitivo em até 20 dias, cabendo, assim, à Administração, verificar se realmente existe necessidade e de firmar contrato com prazo de vigência tão prolongado, considerando a brevidade exigida no cumprimento das obrigações contratuais no caso em apreço.

26. Por fim, alertamos para a necessidade de convocação dos interessados através de publicação de aviso no Diário Oficial da União; por meio eletrônico, na internet; e em jornal de grande circulação regional ou nacional, conforme o comando do § 6º do art. 17 do Decreto 5.450/2005.

III – CONCLUSÃO

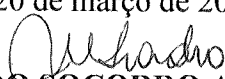
27. Do exposto, tendo em vista a documentação apresentada, a legislação aplicável à espécie e normas administrativas pertinentes, manifesta esta Consultoria pela aprovação do procedimento *sob exame*, condicionada ao atendimento das recomendações destacadas neste opinativo, a seguir assim repetidas:

- a) Observar recomendações relativas ao edital eficiente (itens 06/07);
- b) Proceder realização de IRP, ou apresentar justificativa nos autos, nos termos do art. 4º, §1º do Decreto 7.892/13;
- c) Atentar para as recomendações quanto à justificativa da contratação e necessidade de demonstração das estimativas;
- d) Observância das indicações realizadas para as Minutas;
- e) Providenciar publicação do procedimento.

28. É o parecer S.M.J.

29. À consideração superior.

Salvador, 20 de março de 2014.


MARIA DO SOCORRO ALAGIA VAZ LEANDRO
Advogada da União





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA

Alameda dos Mulungus Nº 32 – Qd. 10 – Caminho das Árvores – Salvador (BA)-CEP:41.820-490
Telefone: (71) 3505-6800 – Fax: (71) 3505-6822 – e-mail: cju.ba@agu.gov.br

DESPACHO Nº 0244/2014-CJU-BA/CGU/AGU

PROCESSO Nº: 08255.002751/2014-94

INTERESSADO: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLICIA FEDERAL NA BAHIA

ASSUNTO: Pregão Eletrônico. Registro de Preços. Aquisição de Material de Consumo

No exercício da competência legal estabelecida no Art. 23, I, do Ato Regimental nº 05/2007, Art. 7º da Portaria nº 1.399/2049 e Portaria nº 121/2011 todos do Advogado Geral da União, aprovo o **Parecer nº 0244/2014-CJU-BA/CGU/AGU**, de autoria da Advogada da União Maria do Socorro Alagia Vaz Leandro.

02. Registre-se que a aprovação cinge-se exclusivamente ao teor da manifestação jurídica exposta no parecer, cabendo ao Advogado subscritor a responsabilidade de conferir e analisar os prazos legais e todos os atos administrativos, documentos e minutas que instruem o processo.

03. Restitua-se o processo ao órgão de origem, com as homenagens de estilo, após numerar-se e rubricar-se todas as folhas.

Salvador-BA, 20 de março de 2014.


DEMÓSTENES SANTOS DE JESUS

Advogado da União

Consultor Jurídico Substituto da União no Estado da Bahia